



Patrimônio Arquitetônico Universitário: Desafios para uma gestão integrada de imóveis tombados

Daniele Rodrigues Serra Lopes¹
Alessandra Rosado²

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Este artigo busca realizar uma reflexão sobre o papel dos imóveis tombados que estão sob a gestão das universidades públicas brasileiras, analisando especificamente os casos da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade de São Paulo. Busca-se a análise de como estas instituições gerenciam seus imóveis. Faz-se uma reflexão sobre maneiras para que estas edificações possam garantir sua conservação, mediante as diversas dificuldades que as universidades enfrentam ao longo de sua história, como cortes de verbas, definições de objetivos prioritários, interesses políticos de agentes internos e externos dos mesmos, entre outros.

Palavras-chave: Imóveis tombados; Patrimônio arquitetônico universitário; Patrimônio cultural; Universidade.

Introdução

A preocupação pela conservação de imóveis de relevante valor cultural no Brasil é algo que vem desde as primeiras décadas do séc. XX, se tornando política sistemática do Ministério Capanema (LIRA, 2014). Por sua vez, a preocupação pela preservação do patrimônio arquitetônico universitário remota das décadas de 20 e 30 com a criação das

¹Este artigo é uma expansão da versão apresentada durante o IV Seminário de Pesquisa em Pós-Graduação e Inovação – Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável / Escola de Arquitetura UFMG (11/2019).

Mestranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais, graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. arquitetadanieleserra@gmail.com

² Doutora e mestre em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais, especialista em Conservação Restauração de Bens Culturais pelo Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (CECOR) da Escola de Belas Artes/ UFMG. Docente da Escola de Belas Artes / UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável / UFMG. alessandra.rosado@gmail.com



primeiras universidades federais (BORDE; BELLINHA, 2015). Apesar desta preocupação, nos dias de hoje os imóveis sofrem constantemente de problemas como falta de recursos para sua preservação, manutenção ineficiente, obsolescência, inadequação a normas de segurança e acessibilidade, entre outras dificuldades.

Atualmente os imóveis protegidos pelo tombamento estão sob a tutela de diversos tipos de órgãos públicos entre os quais se encontram as universidades públicas federais, estaduais e municipais. Para entender a dinâmica interna destas instituições de ensino é fundamental ter em mente que sua função é promover o ensino, pesquisa e extensão.

Por isso quando surgem adversidades, como cortes de orçamento, escassez de mão de obra, entre outras adversidades, observa-se a tendência de que as universidades priorizem ações para atender suas atividades fim. Como a conservação de imóveis tombados não necessariamente está interligada a estas atividades, sua conservação pode acabar por ficar em segundo plano. Segundo (BORDE; BELLINHA, 2015, p.13) “Hoje, a falta de dotação orçamentária para a manutenção e preservação dos imóveis tombados da Universidade contribui para a deterioração do estado de conservação de muitos deles.”

Os imóveis tombados são de grande importância nas comunidades em que estão inseridos e extrapola os muros universitários beneficiando pessoas de dentro e fora da universidade (LIRA, 2014). Porém faltam políticas de Estado que reconheçam a importância do patrimônio cultural universitário, principalmente medidas adequadas de apoio, capazes de contemplar as peculiaridades desses organismos.

Nem o Estado brasileiro, após a redemocratização, chegou a construir uma política eminentemente pública para a área, pois as leis de incentivo fiscal não atendem integralmente a esta condição, nem as universidades são talhadas para processar as exigências nelas contidas. Resulta desse cenário a ampliação do leque das responsabilidades às quais essas instituições são obrigadas a responder, hoje submetidas a solicitações, demandas e urgências de vária ordem. (LIRA, 2014, p.12)

Outro fator que dificulta a gestão dos bens é o fato de um mesmo imóvel estar protegido em diversas esferas de poder ao mesmo tempo, por exemplo: o Conservatório Mineiro de Música - Figura 1 é um imóvel tombado em esfera municipal (Conselho Deliberativo Do Patrimônio Cultural De Belo Horizonte) e estadual (Instituto Estadual do Patrimônio



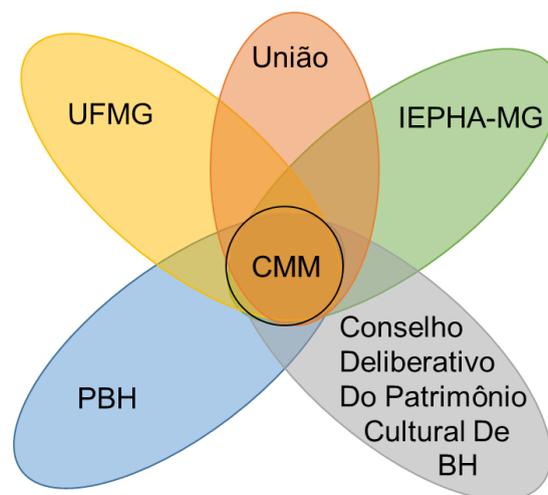
Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG), pertence à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e está localizado no grande centro de Belo Horizonte. Com isso, ele precisa atender aos interesses da União através da UFMG, os próprios interesses universitários da UFMG, as regras de proteção estaduais e municipais, além da legislação arquitetônica e urbanística da cidade. A sobreposição destes interesses pode ser observada através da Figura 2.

Figura 1 - Conservatório Mineiro de Música



Fonte: IEPHA-MG, 2019

Figura 2 - Esquema de relações de poder sobre o Conservatório Mineiro de Música





Fonte: Autora

Neste cenário o que ocorre é o imóvel arcar com o ônus de estar submetido a esses vários órgãos, mas não necessariamente recebe bônus equivalente. Uma situação na qual um nível de poder tenta passar para outro a responsabilidade, mas que o imóvel acaba solto em um limbo da gestão pública.

Em 2018, o incêndio do Museu Nacional, pertencente a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, chamou a atenção do país para as dificuldades enfrentadas na manutenção de imóveis tombados (CUNHA, 2018). Motivado por este incidente e outros de mesma natureza, o Ministério da Cidadania, através da portaria nº 777 de 24 de abril de 2019, criou um grupo de trabalho, cujo objetivo é verificar as condições em que se encontram os imóveis tombados pertencentes à União.

Recentemente também está sendo notado um crescimento de pesquisas e estudos sobre a importância das ações sistemáticas para a preservação do patrimônio das universidades, revelando questões da história recente dessas organizações acadêmicas (LIRA, 2014). O somatório desses elementos nos leva a questionar como estes bens estão sendo geridos e quais as estratégias para que esses imóveis tenham como garantir sua sobrevivência, com uma manutenção adequada e atualização ao longo do tempo, seja a novas normas, usos, sistemas de instalações prediais, entre outros.

Metodologia

Para realização das reflexões propostas por este artigo, foram utilizados dois processos metodológicos, a Pesquisa Documental e a Pesquisa Bibliográfica, conforme detalhado a seguir:

- Pesquisa Documental: Levantamento de fotos e boletins nos arquivos das universidades citadas.
- Pesquisa Bibliográfica: Realizou-se a pesquisa destinada à abordagem abrangente da temática dos imóveis tombados sob a tutela das Universidades Públicas Brasileiras e ao subsídio histórico, teórico e conceitual para a análise do



objeto. Recorreu a publicações como livros, artigos e dissertações, consultados em bibliotecas do sistema da UFMG e demais instituições.

Discussão

As universidades públicas brasileiras são responsáveis pela guarda de um conjunto de imóveis tombados heterogêneo que pode, em alguns casos, ter toda sua história ligada à universidade da qual fazem parte como o prédio da Reitoria da UFMG³ - Figura 3; em outros casos, podem ser oriundos de escolas mais antigas que a universidade da qual fazem parte e foram incorporados a partir da expansão das mesmas, como a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo da USP⁴ - Figura 4; e em outros cenários, são parte de tecidos urbanos mais antigos do que a própria universidade e não tinham como intuito inicial fazer parte de uma instituição de ensino, mas por circunstâncias diversas acabaram sendo incorporados, como a Casa de Dona Yayá da USP⁵ - Figura 5.

Figura 3 - Prédio da Reitoria da UFMG



³ A UFMG passou 30 anos com sedes provisórias e planos par a construção de sua sede, porém a o prédio da Reitoria inaugurada 1962. (FIALHO, 2012)

⁴ A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) foi inaugurada em 1907, sendo incorporada à USP somente em 1934, ano de criação da Universidade. (LOURENÇO et al., 1999)

⁵ Foi construída na segunda metade do séc. XIX, inicialmente utilizada como um “*Chalet* de habitação”, foi adquirida por D. Yayá na déc. de 20. Com a morte de sua proprietária em 1961 a edificação é declarada vacante e todo este patrimônio é transferido para a USP.(LOURENÇO et al., 1999)



Fonte: Foca Lisboa/UFMG, 2019.

Figura 4 - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP



Fonte: Marcos Santos/USP, 2010.



Figura 5 - Casa de D. Yayá



Fonte: Marcos Santos/USP, 2019.

O Brasil possui cento e sete universidades públicas⁶ espalhadas por todo o território, são sessenta e três federais, quarenta estaduais e quatro municipais⁷, cada uma fundada em um momento da história e tendo passado por realidades distintas ao longo do tempo. Essas instituições, por sua vez, são responsáveis pela gestão de uma grande quantidade de imóveis, entre eles um gama considerável de imóveis tombados, diversificada em seus momentos de construção, estilos arquitetônicos, motivos de tombamento, estado de conservação e outras especificidades.

A forma com que cada universidade lida com seu patrimônio arquitetônico é diversa, na maioria dos casos não existe uma política institucional de como realizar uma gestão integrada destes imóveis. E o que seria e por que é importante uma gestão integrada?

Gerir estes imóveis envolve uma série de setores dentro das universidades, por exemplo o caso da UFMG, envolve a direção das próprias unidades, a Reitoria, a Pró-Reitoria de planejamento – PROPLAN, a Pró-Reitoria de administração – PRA em seus mais diversos departamentos (Manutenção – DEMAI, Planejamento e Projetos – DPP, Obras

⁶ Neste total não estão sendo considerados Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais – IF's e Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET's.

⁷ Dados conforme Relatório de Sinopse Estatística de Ensino Superior do ano de 2018 (atualizado em 20/09/2018), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.



– DO, Orçamento e Controle – DPOC, entre outros), o núcleo de acessibilidade e inclusão – NAI, a coordenadoria de assuntos comunitários – CAC e mais diversos outros setores. Cada um destes órgãos possui uma parcela da informação e uma parte do poder de tomada de decisões, sendo que alguns ainda são responsáveis por captação de recursos para a conservação dos prédios. Por isso é fundamental que exista uma base unificada para tomada de decisões.

Existem alguns exemplos que se destacam positivamente no cenário nacional quando o assunto é patrimônio arquitetônico universitário, são elas a USP e especialmente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, esta última sendo premiada diversas vezes, inclusive pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, por suas iniciativas. Mas por que estes dois cenários se destacam tanto em relação aos demais?

Através das experiências apresentadas por em (LIRA, 2014) com o estudo de caso da USP e (UFRGS, 2004) e (OLIVEIRA, 2019) com o estudo de caso da UFRGS, é possível identificar alguns pontos em comum e destaca-los. Um deles é que estas universidades criaram órgãos específicos para centralizar toda a tomada de decisões sobre seus bens, a USP inclusive utilizando a UFRGS como exemplo de como poderia ser feito.

Em decorrência da aprovação do *Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS*, no ano de 1999, foi criada para gerenciá-lo, em 2000, a Secretaria do Patrimônio Histórico, que para bem executá-lo dividiu os encargos em quatro setores específicos: *Secretaria Executiva* (responsável pela captação de recursos e prestação e contas); *Departamento de Projetos* (levantamentos cadastrais e inventário dos prédios, diagnósticos de patologias nas edificações e elaboração dos projetos arquitetônicos de intervenção e restauração); *Departamento de Obras* (responsável pelos orçamentos, especificações técnicas e fiscalização da execução das obras de recuperação, revitalização e restauração) e *Setor de Documentação* (responsável pela pesquisa histórica, documental e iconográfica). Sua denominação é alterada, em outubro de 2012, para Setor do Patrimônio Histórico (SPH) (FERRUGEM, 2015, p.45)

As iniciativas vão além de reestruturação administrativa, pois a partir do momento que um setor pode se concentrar nestes bens ele começa a criar e fortalecer políticas de



proteção patrimonial. Ainda sobre a UFRGS, além dos projetos e obras o SPH é responsável pela:

[...] execução de programas e projetos na área de Educação Patrimonial, Caminhadas Orientadas, Visitas Guiadas Teatralizadas; seminários; cursos; exposições; mostras de cinema e a participação em concursos para seleção de trabalhos relativos ao patrimônio cultural. Mantém, também, canais de comunicação para a divulgação das suas atividades (*Facebook*: apresentação de curiosidades relacionadas aos prédios históricos; divulgação do programa radiofônico *Momento do Patrimônio50*; informações das ações de Educação Patrimonial e divulgação de eventos de outras instituições vinculadas ao Patrimônio Cultural; *YouTube*: disponibilização, por meio de canal próprio, da nova programação do programa transmitido pela Rádio da Universidade); informativo *Patrimônio Cultural em Foco* (notícias do Setor, destaques do programa *Momento do Patrimônio* e notícias do patrimônio cultural); Projeto *Perspectivas* (imagens do patrimônio da Universidade, captadas pela comunidade, que são exibidas no *Facebook* e na página do UFRGS Notícias) e, ainda, promove a publicação de livros versando sobre a temática patrimonial (FERRUGEM, 2015, p.47-48)

A UFRGS também realiza captação de recursos para poder realizar as intervenções necessárias nestas obras. Segundo (OLIVEIRA, 2019) os recursos são obtidos através da Lei nº 8.313/91 (Lei Rouanet) e da Lei nº 10.846/96 (Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul - LIC), o que torna possível destinar doações a Universidade através de deduções de Imposto de Renda.

Cada ano os recursos são destinados a um prédio específico, em 2019 o projeto foi de acessibilidade da Rádio. Como a própria (UFRGS, 2014) informa em boletim interno, entre 2000 e 2014 foram arrecadados mais de 19 milhões de reais tornando viável a recuperação de sete dos doze prédios do conjunto conhecido “primeira geração das construções históricas da UFRGS”. O Castelinho (Figura 6), reinaugurado em 2006 após a restauração é um dos exemplos de prédios que receberam parte destes recursos.



Figura 6 - Castelinho da UFRGS



Fonte: UFRGS, 2019

Contudo essa realidade vivenciada pela USP e pela UFRGS, são exceção à regra. Um caso que se destaca é a UFMG, seja por sua importância no cenário, seja devido a Minas Gerais ser o estado com o maior número de universidades federais (11 no total)⁸ e entre estas universidades ser a mais bem avaliada em rankings internacionais (TIMES HIGH EDUCATION, 2019). A UFMG possui também bens tombados diversos entre si, possibilitando entender como os fatores citados influenciam prédios tombados individualmente ou como parte de conjuntos protegidos, assim como edificações pertencentes a diversas épocas de construção, com níveis de proteção variados e espalhados pelo Estado.

Hoje a UFMG é responsável por 18 imóveis tombados, englobando obras de estilos arquitetônicos Vernacular, Barroco Colonial Mineiro, Eclético fase 1 de influência neoclássica e Modernista⁹, além de prédios que não possuem tombamento individual, mas pertencem a conjuntos protegidos. O Quadro 1 detalha quais são estes imóveis, suas épocas de construção e esfera de tombamento.

Quadro 1 - Lista de Imóveis Tombados sob responsabilidade da UFMG

⁸ Dados conforme Relatório de Sinopse Estatística de Ensino Superior do ano de 2018, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

⁹ Informações referentes aos estilos arquitetônicos disponíveis em “Guia do Bem!” (IAB-MG, 2019)



Descrição	Época de Construção	Esfera de Tombamento
Casa da Cultura – Centro de estudos (Tiradentes – MG)	Séc. XVIII	Federal
Museu Casa Padre Toledo (Tiradentes – MG)	Séc. XVIII	Federal
Fórum Tiradentes (Tiradentes – MG)	Séc. XVIII	Federal
Antiga Cadeia de Tiradentes - Museu de Sant’Ana (Tiradentes – MG)	1730	Federal
Sobrado Quatro Cantos (Tiradentes - MG)	Séc. XVIII	Federal
Casa da Glória (Diamantina - MG)	1775	Patrimônio Mundial/ Federal
Centro Cultural da UFMG - Antigo Instituto de Eletrotécnica da Escola de Engenharia (Centro, Belo Horizonte – MG)	1906	Estadual/Municipal
Antigo Instituto de Química da UFMG - Centro de Memória da Escola de Engenharia (Centro, Belo Horizonte – MG)	1920	Estadual/Municipal
“Palacinho” - Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG (Santa Inês, Belo Horizonte – MG)	1920	Municipal
Hospital Borges da Costa - Campus Saúde (Centro, Belo Horizonte – MG)	1922	Estadual
Conservatório Mineiro de Música (Centro, Belo Horizonte – MG)	1926	Estadual/Municipal
Antiga Olaria - Estação Ecológica da UFMG –Campus Pampulha (Pampulha, Belo Horizonte – MG)	1944	Municipal
Escola de Arquitetura (Savassi, Belo Horizonte – MG)	Década de 1950	Municipal
Prédio da Reitoria – Campus Pampulha (Pampulha, Belo Horizonte – MG)	1962	Municipal
Unidade Administrativa II – Campus Pampulha (Pampulha, Belo Horizonte – MG)	1978	Municipal
Espaço do Conhecimento (Funcionários, Belo Horizonte – MG)	2010	Estadual/Municipal
Faculdade de Medicina - Campus Saúde (Centro, Belo Horizonte – MG)	1959	Municipal



Observatório Astronômico Frei Rosário - Serra da Piedade (Caeté – MG)	1972	Federal
---	------	---------

Fonte: Autora.

Mesmo sendo responsável por um conjunto tão significativo, não existe uma base de informações unificada. É possível identificar em uma revisão bibliográfica que existem estudos sobre algumas edificações de maneira isolada, como a Casa Padre Toledo (DANGELO et al., 2012) e (CRUZ, 2015) e a Escola de Arquitetura (LEMOS; DANGELO; CARSALADE, 2011), porém existem edificações com pouco ou nenhum material disponível, como o Palacinho - Figura 7.

Figura 7 - “Palacinho” - Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG



Fonte: UFMG, 2016.

Como mostrado nos estudos feitos a respeito do patrimônio da UFRJ, entre as principais causas para a ineficiência na gestão e na conservação de um imóvel tombado está a falta de conhecimento da comunidade em que o objeto está inserido. Esta falta de informações vai desde a identificação do conjunto de bens tombados e suas trajetórias individuais até a forma sobre como intervir no mesmo (BORDE; BELLINHA, 2015). Quando lidamos com patrimônio universitário brasileiro o desconhecimento atinge diversas esferas, o aluno, o professor, o corpo técnico-administrativo, a administração e a comunidade externa.



Com isso se torna uma necessidade eminente a criação de um banco de dados, com informações destas edificações desde o momento onde foram concebidas, seu contexto e sua relação com as dinâmicas sociais, como vieram a fazer parte da UFMG, seus processos de tombamento, intervenções realizadas, situação atual e etc. Somente através deste conhecimento será possível pensar formas de garantir a conservação destes bens no futuro.

Considerações Finais

Verifica-se que as universidades que apresentam melhores resultados na conservação de seus imóveis tombados são aquelas que tornam o bem parte da vida da comunidade acadêmica. Para elas um imóvel tombado deve estar sob a tutela de uma estrutura administrativa específica, com autonomia e pessoal qualificado para promover os cuidados necessários a esses bens. Destaca-se que quando a comunidade entende a edificação como parte de sua memória e sua identidade, existe todo um movimento de cooperação coletiva para conservá-lo, como no caso da UFRGS e o seu “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS”.

Desta forma se propõe que para uma melhor gestão integrada de imóveis tombados, em primeiro lugar seja feito um inventário destes imóveis e que se busque entender como eles se comunicam entre si, com o restante da universidade e com a comunidade interna e externa. Só se podem ser pensadas em medidas de educação patrimonial quando a própria instituição consegue compreender a complexidade do conjunto que gere.

Referências

BORDE, A. L. P.; BELLINHA, P. R. T.; (ORG.). **Conservação e Reativação do Patrimônio Arquitetônico Universitário**. Rio de Janeiro: PROURB, 2015.

CRUZ, L. A. **A Casa Padre Toledo no cotidiano e na monumentalização**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte. 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/MMMD-A7VM6H>>. Acesso em: 15 de out. 2019.

CUNHA, M. B. **Um museu em chamas: o caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação. Brasília, v. 12, n. 1, p. 1-3, Novembro 2018. Disponível em:



<<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19354>>. Acesso em: 20 de out. 2019. <https://doi.org/10.26512/rici.v12.n1.2019.19354>

DANGELO, A. G. D. et al. **Museu Casa Padre Toledo: Memória da Restauração Artística e Arquitetônica**. Belo Horizonte: UFMG: Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, 2012.

FERRUGEM, I. C. F. **Educação, Patrimônio e Lucidade**: a experiência educativa do Setor do Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SPH/UFRGS). UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2015.

FIALHO, B. C. **Da cidade universitária ao Campus da Pampulha da UFMG: arquitetura e urbanismo como materialização do ideário educacional(1943-1975)**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte. 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8UEQF8>>. Acesso em: 01 de out. 2019.

HORTA, J. S. B. **Gustavo Capanema**. Recife: Editora Massangana, 2010.

IAB-MG. **Arquitetando Roteiros em Belo Horizonte**. Disponível em: <guiadobem.org> . Acesso em: 4 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística de Ensino Superior 2018. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> . Acesso em: 30 mar. 2020.

LEMOS, C. B.; DANGELO, A. G. D.; CARSALADE, F. **Escola de Arquitetura da UFMG: lembranças do passado, visão do futuro**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2011.

LIRA, J. T. C.; (ORG.). **Patrimônio construído da USP : preservação, gestão e memória**. São Paulo: EDUSP, 2014.

LOURENÇO, M. C. F. et al. **Bens Imóveis Tombados ou em Processo de Tombamento da USP**. São Paulo: EDUSP, 1999.

OLIVEIRA, V. F. **Práticas de gestão do patrimônio universitário edificado: a experiência da UFRGS**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/202430>>. Acesso em 29 de mar. 2020.

TIMES HIGH EDUCATION. **World University Rankings 2019**. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2019/world-ranking>>



#!/page/0/length/25/locations/BR/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/stats>. Acesso em: 8 set. 2019.

UFRGS. **Patrimônio histórico e cultural da UFRGS**. Porto Alegre, 2004.

UFRGS comemora dia da doação. **UFRGS**, Porto Alegre, 04 de dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-recebe-incentivados-no-dia-da-doacao>>. Acesso em 20 de mar. 2020.